

Sexta-feira, 6 de Fevereiro de 1959

RUBEM BRAGA

DELGADO E GOA

O CONSELHEIRO Valadão, do gabinete do ministro do Exterior, nega que o Itamarati esteja pensando em adotar represálias contra o governo português devido ao caso Delgado. A contenção e a discrição são virtudes bem diplomáticas, mas a verdade é que o Itamarati não pode continuar de braços cruzados. Por mais longa que seja a sua paciência profissional, ela acabará se esgotando diante da teimosa grosseria do governo português.

Asilando em nossa Embaixada o ex-candidato à Presidência da República de Portugal, o sr. Álvaro Lins agiu dentro das melhores tradições de nossa diplomacia. Se é verdade que, como os outros países europeus, Portugal não reconhece oficialmente o direito de asilo, não é menos verdade que na prática ele o tem aceitado; os precedentes são conhecidos. Não é, de resto, contra esse instituto que o governo de Lisboa objetiva. Sua objeção é a mais fútil e cavilosa, a mais suspeita e a mais primária: alega que Delgado poderia tirar passaporte, logo não precisa de salvo-conduto. É claro que o embaixador Álvaro Lins não poderia levar a sério uma alegação desse calibre; recebeu-a apenas como uma manifestação destinada a produzir efeito interno, apresentando Delgado como um político sequioso de escândalo, ou como expansão de um sentimento de raiva da autoridade portuguesa por não haver previsto e evitado a atitude do opositor.

De qualquer maneira a longa teimosia salazarista em não conceder o salvo-conduto não ateta apenas Delgado, é, sobretudo, uma desconsideração para com o governo brasileiro. As fórmulas que o Itamarati tem sugerido para resolver a questão têm sido sistematicamente refugadas por Salazar: ele quer apenas que lhe entreguem o homem, não aceita outra solução. Está, é claro, no seu direito. Dentro de nosso direito e de nossa conveniência estaremos também quando devolvermos a Salazar esse abacaxi de Goa que ele vem nos impingindo há tanto tempo. Conduzida a nossa política por um sentimentalismo excessivo em relação a Portugal, estão sempre nossos diplomatas, na ONU e na Índia, em uma posição incômoda e antipática de defensores do colonialismo.

Por que não aproveitar essa grosseria do governo português no caso Delgado para livrar o Brasil de um papel indesejável que ele vem desempenhando contrafeito?